

Nota Técnica nº 17/2021

Data: 28/05/2021

Origem: Gerência de Operação do Projeto de Integração do São Francisco.

Referência: Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 10/2021 para Contratação de serviços de vigilância patrimonial armada para o PISF

Processo da Impugnação: 59500.001121 / 2021 – 13 (SRD digital 352785)

Processo do Pregão: 59500.002057/2020-15 (SRD digital 344719)

1. OBJETIVO

Instruir o Processo de Impugnação, apresentada pela MASTER VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA ao Edital Pregão Eletrônico nº 10/2021, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial armada da infraestrutura, das obras civis, das instalações dos canteiros de obras e dos equipamentos hidromecânicos e eletromecânicos do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, com área de atuação nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.

2. RESUMO DA IMPUGNAÇÃO

A impugnante solicita que seja corrigido Edital para que a divisão dos Grupos (lotes) seja por estado da federação. Argumenta que o vencedor dos Grupos (lotes) 1 e 2 teriam que atuar em dois estados distintos, mas para participar da licitação, no COMPRASNET, só pode ser cadastrado apenas um CNPJ, apesar das autorizações da Polícia Federal para a execução de serviços de segurança serem expedidas por estado da federação e por consequente para CNPJs diferentes. Acrescenta ainda que não seria possível fazer a contratação, conforme trecho:

“Destaque-se que mesmo em se considerando ser uma única Pessoa Jurídica, apenas com filiais distintas, o SIASG (local no qual é cadastrado o contrato) e o SIAFI (local no qual é realizado o empenho, liquidação e pagamento) não aceitam tal possibilidade”.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O AGRUPAMENTO DOS POSTOS E AS AUTORIZAÇÕES DA DPF

Nos termos da Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012 (Alterada pela Portaria nº 3.258/2013 – DG/DPF, publicada no D.O.U em 14/01/2013) (Alterada pela Portaria nº 3.559, publicada no D.O.U. em 10/06/2013), que disciplina as atividades de segurança privada, armada ou desarmada, os serviços a serem contratados são regulados, autorizados e fiscalizados pelo Departamento de Polícia

Federal - DPF e são considerados complementares às atividades de segurança pública nos termos da legislação específica.

Conforme dispõe a referida Portaria, para o exercício da atividade de vigilância patrimonial, é necessária autorização prévia do DPF mediante o preenchimento de vários requisitos, dentre os quais capital social mínimo, mínimo de vigilantes contratados e devidamente habilitados e possuir instalações físicas adequadas. As autorizações são emitidas por unidade da federação: estados e Distrito Federal. Além disso, o processo de autorização demanda desembolso de taxas e de prazo, de até de 60 dias, para emissão das devidas autorizações.

Além de autorização para funcionamento, são pressupostos desta a existência de instalações adequadas, o que também demanda desembolso de taxas para vistoria e de prazo para a certificação.

Diante do exposto, e com base na necessidade de contratação de empresas especializadas autorizadas a prestarem os serviços de segurança em três estados diferentes: Pernambuco, Paraíba e Ceará, foi necessário agrupar os itens, postos fixos de trabalho, em grupos. Um grupo possui postos relativos à contratação atual vigente, que não pode descontinuar. Outro grupo são de postos que podem ser contratados imediatamente. E os demais postos foram agrupados pensando-se na condição de disponibilizar ainda a estrutura física para recepcionar os vigilantes, por isso as demandas não poderiam ser contratadas de imediato.

Por fim, os critérios para o agrupamento dos postos foram o momento da contratação, localização (eixo da infraestrutura) e estado da federação em que serão prestados os serviços.

Além disso, para comprovar a qualificação técnica das licitantes, buscou-se exigir da licitante apenas que ela seja autorizada em qualquer estado da federação que e tenha a experiência mínima exigida pela IN 05/2017. Deixando para o momento da contratação a exigência das autorizações específicas para os estados.

Com isso, pretende-se ampliar o número de empresas interessadas, já autorizadas, mesmo que não para os estados específicos, mas que, caso ganhem a disputa, possuirão tempo hábil para providenciar as autorizações de funcionamento e as instalações certificadas pelo Departamento de Polícia Federal. Ampliando-se, portanto, a concorrência porque as interessadas não necessitarão antecipar custos com pagamento de taxas antes da definição do vencedor ou vencedores que executarão os serviços.

Outra questão é a exigência de demonstração de que a empresa licitante tenha no momento da licitação equipamentos tais como armas, munições e coletes em quantidade necessária para a execução dos serviços. Não seria possível exigir as respectivas autorizações, em regra, antes da contratação porque os processos para autorização desses equipamentos se baseiam nas necessidades de contratos já firmados, conforme art. 17 da Portaria 3.233/2012-DG/DPF:

“Art. 117. As empresas de segurança especializadas, exceto as empresas de curso de formação, terão seus requerimentos de aquisição de armas e munições analisados com base nos contratos de

prestação de serviço que justifiquem as respectivas aquisições, bem como nos veículos especiais e de escolta que possuírem.”

Portanto, diante de tudo exposto, equacionou-se que a execução do contrato se iniciaria no máximo 60 dias do início da vigência, considerado tempo hábil, conforme prazo para emissão de autorização disposto na própria página da Polícia Federal com as informações sobre os procedimentos de autorizações para os serviços de segurança privada. O prazo necessário para obtenção da devida autorização está previsto nos subitens 9.1 e 12.2.2 do Termo de Referência, anexo ao Edital.

Todas essas informações acima estão disponíveis na Nota Técnica 35/2020 e seus anexos (fls. 4 a 48) constante do processo digital relativo à contratação sob o SRD nº 344719 (digital).

4. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Sobre essa questão em pauta nessa impugnação, existe o Acórdão nº 3056/2008 do Plenário do TCU que decide no sentido da possibilidade da empresa matriz participar do procedimento licitatório com o seu CNPJ e a filial, cujo CNPJ é diverso, executar o contrato, com a devida autorização do Departamento de Polícia Federal.

No caso específico do Pregão Eletrônico nº 10/2021, os Grupos 1 e 2 poderão ter sua execução promovida por CNPJ distintos, visto que as autorizações da DPF são emitidas por estado e os postos se localizarão nos estados de Pernambuco e Ceará.

Retomando a argumentação da impugnante:

“Destaque-se que mesmo em se considerando ser uma única Pessoa Jurídica, apenas com filiais distintas, o SIASG (local no qual é cadastrado o contrato) e o SIAFI (local no qual é realizado o empenho, liquidação e pagamento) não aceitam tal possibilidade”.

Sobre essa afirmação, foi feita consulta à chefia da AA/GCB/UER que informou que o SIAF alerta que o CNPJ cadastrado é diverso, mas não impede que seja promovida a liquidação. Informou ainda que situação similar já vem ocorrendo com Contrato 0.072.00/2017 (Processo nº 59500.001350/2017-51), que tem como objeto a prestação de serviços de vigilância armada nas obras civis, das instalações dos canteiros de obras e dos equipamentos hidromecânicos e eletromecânicos do Eixo Norte e Eixo Leste do PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, com área de atuação **no Estado de Pernambuco**, firmado com a Protemaxi Segurança Patrimonial Armada Ltda.

No caso do instrumento 0.072.00/2017, foi celebrado o 5º termo aditivo ao contrato, autorizado pela RESOLUÇÃO Nº 778 de 11 de novembro de 2020, que incluiu a prestação de serviços em postos no estado do Ceará (com base no Parecer Jurídico PR/AJ/ALR nº 635/2020). Portanto já existe de fato na Codevasf situação semelhante em que uma mesma empresa de segurança possui dois CNPJs para fins de pagamento, apesar de apenas um CNPJ tenha sido cadastrado para participar do certame licitatório.

5. ANÁLISE TÉCNICA

Diante do exposto, entendemos que a forma de agrupamento proposta para os postos de segurança armada do PISF atendem às necessidades de contratação, assim como entendemos que amplia a competição pois os participantes podem ou não já serem detentores de autorização específica do Departamento de Polícia Federal para os estados objeto do Pregão Eletrônico nº 10/2021. Contudo a questão necessita de análise dos aspectos jurídicos para que não haja confronto à legislação.

6. ENCAMINHAMENTO

Diante de tudo exposto, instrui-se o presente processo e encaminha-se para análise jurídica da Impugnação.

Responsável pelas informações:

Cibele Anunciação Ribeiro
Analista em Desenvolvimento Regional
AD/GOI/UPT

De Acordo:

SILVIA RODRIGUES DE MOURA SANTOS
Gerente Substituta de Operação do Projeto de Integração do São Francisco
AD/GOI